

Pregoeiro da Justiça

Dedicado a restauração do cristianismo do Novo Testamento
nesta geração – só pela graça, só por Cristo, só pela fé

Jan.–Mar., 1986

Volume 1, Número 4

Martinho Lutero fala a esta
geração—pág. 3

Prefacio da Epístola aos Romanos—
pág. 17

Pregoeiro da Justiça é uma revista dedicada a restauração do cristianismo do Novo Testamento nesta geração. Está destinada especialmente a erguer a verdade da justificação pela fé que apresentou o apóstolo Paulo, e mais tarde os reformadores, e neste tempo quando aquela verdade está sendo ameaçada pelo humanismo, o pentecostalismo e o ecumenismo. Vendo a necessidade de uma revista não sectária, baseada no princípio da Reforma, "as Escrituras", os redatores e os promotores desta revista uniram-se para produzir uma publicação cuja norma é a Bíblia e somente a Bíblia como única regra de fé e prática. O propósito desta revista é dar a trombeta do Evangelho o somido certo (1 Cor. 14:7-9), para que através de palavras de fácil entendimento sejamos todos confirmados na verdade presente (2 Ped. 1:12), e qual Noé pregoeiro da justiça (2 Ped. 2:5).

Editor: Ricardo Marín

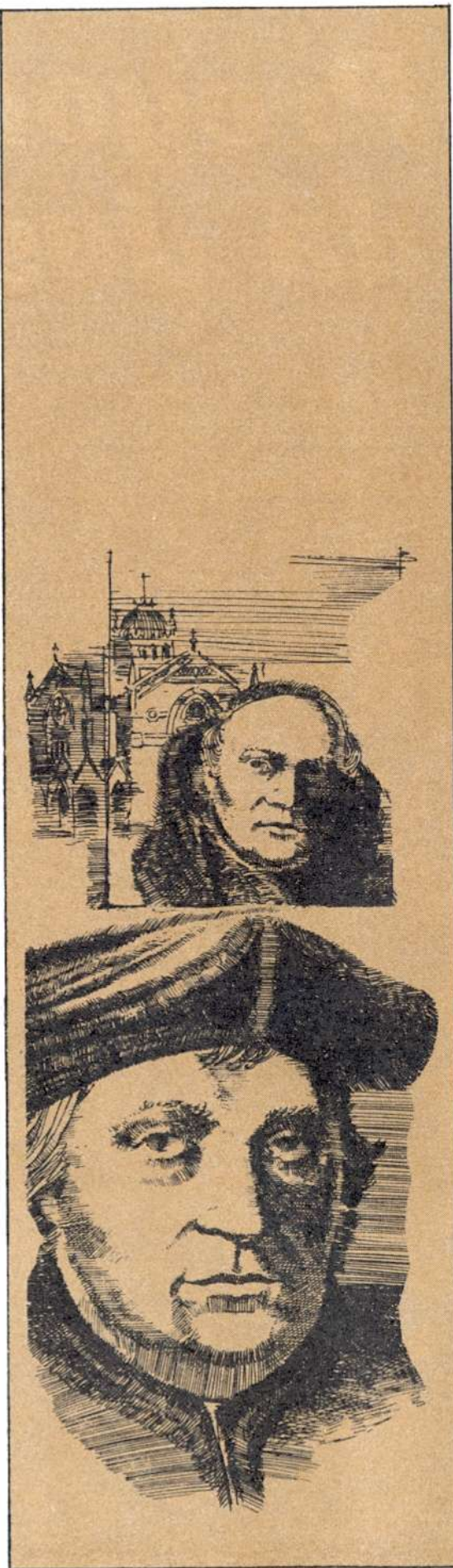
Promovedores: Um grupo de cristãos cujo objetivo é promover a restauração dos ensinamentos do Novo Testamento. Esta revista não tem patrocínio denominacional. Ela é mantida somente por ofertas voluntárias daqueles que veem no **Pregoeiro da Justiça** uma esperança e salvaguarda para a geração atual.

Colaboradores: Sendo que a verdade está acima das preferências e dos preconceitos de qualquer denominação, os editores dão boas vindas aos escritos de quem desejar colaborar e os julgarão somente por seus méritos. Se deseja seu manuscrito devolvido, favor nos avisar quando o enviar.

Subscrições: As subscrições são grátis a quem solicitar pessoalmente. Use o cupom previsto na última página.

Pregoeiro da Justiça, P. O. Box 700, Fallbrook, California 92028 EE.UU.

Publicação por **Life Research International**, P. O. Box 700, Fallbrook, California 92028 EE.UU. Copyright © 1985 by **Life Research International**. Direitos reservados. Permissão para reproduzir obter-se-á solicitando-nos por escrito.



Martinho Lutero fala a esta geração *

São poucos os homens que têm sido um instrumento na mudança do curso da história. Martinho Lutero foi um deles.

A igreja primitiva havia perdido de vista a mensagem paulina da justificação pela fé. Durante mil anos a igreja popular manteve cativo o povo sob um asfixiante entrave que produziu estancamento intelectual e espiritual. De tempos em tempos se levantaram homens a protestar contra as trevas que se espalharam através da Europa. Não foram, porém, capazes de sobrepor-se ao sistema.

Lutero foi descrito como “o primeiro pregador claro da justiça pela fé enviado à igreja cristã desde os dias do apóstolo Paulo”. (Julius Koslin, *The Theology of Luther*, págs. 77, 78). Ele foi o homem que se sobrepôs ao sistema. Sua mensagem de justificação pela fé invadiu a consciência do homem ocidental com uma força que alterou toda a história do cristianismo. “Ele é um dos poucos grandes profetas da Igreja Cristã, e sua grandeza é impressionante. . . .” —Paul Tillich, *A History of Christian Thought*.

Lutero empreendeu uma batalha espiritual em três frentes: (1) Seu conflito com Erasmo epitomizou seu ataque sobre o humanismo, (2) se opôs vigorosamente aos evangélicos radicais, que queriam ir além da justificação pela fé fazendo do Espírito Santo o ponto central de sua fé e, sobretudo, (3) sua

*Este artigo é uma adaptação de uma conferência ditada por Roberto D. Brinsmead em Melbourne, Australia em 1973.

mensagem abalou o poder do papado sobre as mentes dos homens.

O mundo hodierno necessita de um reavivamento da mensagem de Lutero. Outra vez estão conosco os três grandes inimigos do Evangelho. O humanismo, o pentecostalismo e o romanismo estão logrando terríveis avanços nas igrejas protestantes.

Necessitamos também dum reavivamento do espírito do grande reformador. Lutero não foi bastante conservador em seu tempo. Mas sua consciência estava regida pela Palavra de Deus. Foi suficientemente valente para romper com mil anos de tradição estabelecida. Contudo, seu curso de ação não foi motivado nem por orgulho nem por amargura.

Justificação—a obra de Deus

Lutero foi um devoto monge agostiniano. Mas descobriu que nenhuma quantidade de ascetismo ou graça interna o capacitava a levantar-se diante de Deus com uma consciência tranqüila. A mensagem contida na carta de São Paulo aos Romanos revelou-lhe o tremendo fato de que a justificação do pecador procede totalmente de um Deus benévolo. Segundo declara Paulo, “Deus é quem justifica”. Rom. 8:33. Lutero declarou: “Deus faz tudo para justificar-nos”.

A grande contribuição de Lutero foi o reavivamento da mensagem paulina da justificação. Que cometesse erros poucos quererão negá-lo. Nem sempre foi coerente. Alguém o chamou de o mais humano de todos os santos. Mas ele captou o significado da justificação e, com uma visão insuperável, enfatizou-o em milhares de sermões e num imenso volume de material escrito.

Os três “solos”

Lutero percebeu com clareza a ação da Trindade na aceitação do pecador para com Deus. Há três aspectos na declaração de justiça para o pecador: é por graça, por Cristo Jesus e por fé.

“Sendo justificados gratuitamente por sua graça, pela redenção que há em Cristo Jesus, ao qual Deus propôs para propiciação pela fé no seu sangue, para demonstrar a sua justiça pela remissão dos pecados dantes cometidos. . . .” Rom. 3:24, 25.

Deus o Pai nos justifica mediante sua graça, Deus o Filho nos justifica mediante o seu sangue (Rom. 5:9) e Deus o Espírito Santo nos dá a fé para aceitá-lo (Rom. 3:28).

Grande parte do ensino e escritos do tempo de Lutero estavam escritos em latim. Os meios para a justificação do pecador foram resumidos em três frases breves que se constituíram em grito de guerra da Reforma. Eram elas, sola gratia (só por graça), solus Christus (só por Cristo) e sola fide (só por fé).

Sola Gratia. Lutero não redescobriu a palavra graça. Somente redescobriu o significado dela. Os teólogos católicos romanos usavam freqüentemente a palavra graça. Mas para eles significava alguma qualidade divina que Deus infundia na alma. Quando os eruditos católicos falavam de justificação por graça referiam-se à infusão duma qualidade sobrenatural no homem, que o tornava aceitável e agradável à vista de Deus. Mesmo Agostinho pensava sobre a graça especialmente em termos duma qualidade que Deus colocava dentro da alma humana.

Como bom monge católico, Lutero anelava obter suficiente desta graça interna a fim de poder ser aceito e fazer-se agradável perante Deus. Mas quanto mais buscava em seu coração, mais pecado e falta de graça podia ver. Ficou convencido de que, com ou sem graça interior, sua vida jamais poderia enfrentar o juízo de Deus.

Ao ler os escritos de Paulo, Lutero descobriu que a graça que justifica o pecador era algo completamente diferente de alguma dotação interna, porque Paulo declara que os pecadores são “justificados gratuitamente por sua graça”. (Rom. 3:24). A palavra “gratuitamente” significa “sem causa”. Significa que Deus aceita o pecador independentemente de qualquer qualidade dentro dele. Assim foi como Lutero veio a compreender a graça justificadora meramente como uma atitude divina de misericórdia e favor para com pecadores perdidos e imerecedores. “Não a considereis como uma qualidade no homem”, disse Lutero. A graça é o que está no coração de Deus.

O entendimento da graça que Lutero alcançou constituiu-se no avanço da Reforma. Os homens que antecederam a Lutero foram conhecidos como pré-reformadores (Wyclif, Huss, etc.). Todos careciam da visão fundamental da Reforma; que a graça significa ser aceito apesar de ser inaceitável.

A idéia de que Deus aceitava o inaceitável foi surpreendente. Quando o duque Jorge ouviu a Lutero pregar protestou: “A

doutrina desse homem o deixará pecar confiadamente”. Temia que deixaria soltas as rédeas da restrição moral. Mas quando seu filho estava para morrer chamou um pastor luterano. Sua filha lhe perguntou: “Mas papai, por que dás a doutrina de Lutero a teu filho quando tu mesmo estás tão oposto a ela?” Ao que o Duque replicou: “A doutrina de Lutero é boa para os que estão morrendo, mas não é boa para os que vivem.”

Não há dúvida de que uma grande parte dos “protestantes” modernos têm uma doutrina da graça que lhes permite pecar confiadamente. Contudo, não têm a doutrina de Lutero. Algumas vezes existe uma fina linha entre a permissividade e a motivação moral, e a menos que analisemos também o *solus Christus* de Lutero, estaremos em perigo de tornar a graça um ministro de pecado.

Solus Christus. Lutero não dedicou tempo à noção de que a graça procedia duma benevolência indulgente. Desta forma é que freqüentemente o panorama religioso moderno contempla a Deus. Não assim Lutero. Para ele Deus era tremendo em santidade e majestade, odiando o pecado e constantemente inflamado de verdade, justiça e pureza. A graça não é um ato mediante o qual Deus meramente passa por alto o pecado de bom grado. Disse Lutero:

“Se esta opinião fosse certa, todo o Novo Testamento seria realmente vão e fútil, e Cristo teria obrado louca e inutilmente ao sofrer pelo pecado. Deus mesmo teria praticado o malabarismo e o engano sem nenhuma necessidade, porque muito bem poderia haver perdoado e não imputado pecados sem os sofrimentos de Cristo. . . .

“Portanto, estejamos em guarda contra este veneno infernal e não percamos a Cristo, o Salvador consolador. . . . Agora, embora de pura graça Deus não nos imputa pecado, contudo ele não quis fazer isto até que se desse ampla e completa satisfação a sua lei e até que sua justiça fosse cumprida. A gratuita imputação de que falou o salmista tinha que primeiramente ser comprada e adquirida para nós mediante sua justiça.

“Assim que, dado ser isto impossível para nós, Deus ordenou por nós, e em nosso lugar, a Um que tomara sobre si mesmo todo o castigo que merecíamos e cumpriu a lei por nós; assim foi como ele apartou de nós o juízo de Deus e apaziguou sua ira. Portanto, a graça é verdadeiramente dada de modo gratuito. Não nos custa nada, mas custou a Outro muito obtê-la para nós. Foi comprada com um tesouro incalculável, infinito: o mesmo Filho de Deus. Portanto, é necessário possuir pela fé sobre todas as coisas Aquele que fez isto por nós; e é impossível obter graça exceto por meio dele somente.” — *What Luther Says*, ed., Ewald M. Plass, Vol. 11, pág. 709.

João, o apóstolo, registra que a “graça” veio “por Jesus Cristo” (João 1:17). E Paulo diz que não só somos justificados pela graça, mas “por seu sangue” (Rom. 5:9). A morte de Jesus foi o único meio pelo qual Deus podia derramar sua graça em favor dos pecadores. E é importante notar aqui a perspectiva que Lutero teve da graça em relação à lei. Lutero viu que o Evangelho leva a lei a sério. Nenhum pecador podia ser justificado a menos que a lei ficasse perfeitamente cumprida. De outro modo, Deus seria um acessório do pecado. A morte de Cristo susteve e exaltou a honra e a justiça da lei de Deus, tanto como abriu as comportas da misericórdia a um mundo que perece. Agora podiam ser justificados os pecadores por meio de fé no cumprimento que Cristo deu à lei por eles. Lutero podia falar veementemente contra a lei como método de salvação, mas estava seguro de que esta permanecia sempre como a norma divina do bem e do mal. Disse o reformador:

“Primeiramente, nosso fracasso em guardar a lei fica remitido através de Cristo, e o pecado fica inteira e completamente perdoado. Mas não de tal modo nem com o propósito de que daqui em diante não necessitemos guardar a lei e possamos seguir pecando, nem que alguém possa ensinar isto: que se você tem fé já não necessita de Deus nem de seu próximo. Pelo contrário, o pecado é perdoado para que o homem possa começar agora a guardar a lei. Esta é a vontade de Deus eterna, inalterável e imutável: portanto é necessário pregar a graça para que o homem seja precavido e seja ajudado a lograr essa observância da lei.” *Ibid.*, págs. 764, 765.

Lutero foi muito enfático ao dizer que Cristo morreu por todos. Segundo diz Paulo: “Se um morreu por todos, logo todos morreram.” 2 Cor. 5:14. Dizia o reformador: “Em Cristo Deus redimiu e perdoou a todos.” O Evangelho proclama o que Deus já fez por nós na Pessoa de Seu Filho. “O que nos concerne é,” dizia Lutero, “que possamos reconhecer e aceitar este perdão.” “O sol continua brilhando e irradiando luz conquanto eu cerre meus olhos. Justamente igual, este propiciatório ou perdão dos pecados permanece para sempre conquanto eu caia.” —*Ibid.*, págs. 705, 706.

Enfim, nossa justificação já foi efetuada objetivamente mediante o obrar e morrer do Senhor Jesus. Teve lugar sem nossa ajuda enquanto éramos inimigos ímpios de Deus (Rom. 5:6-10).

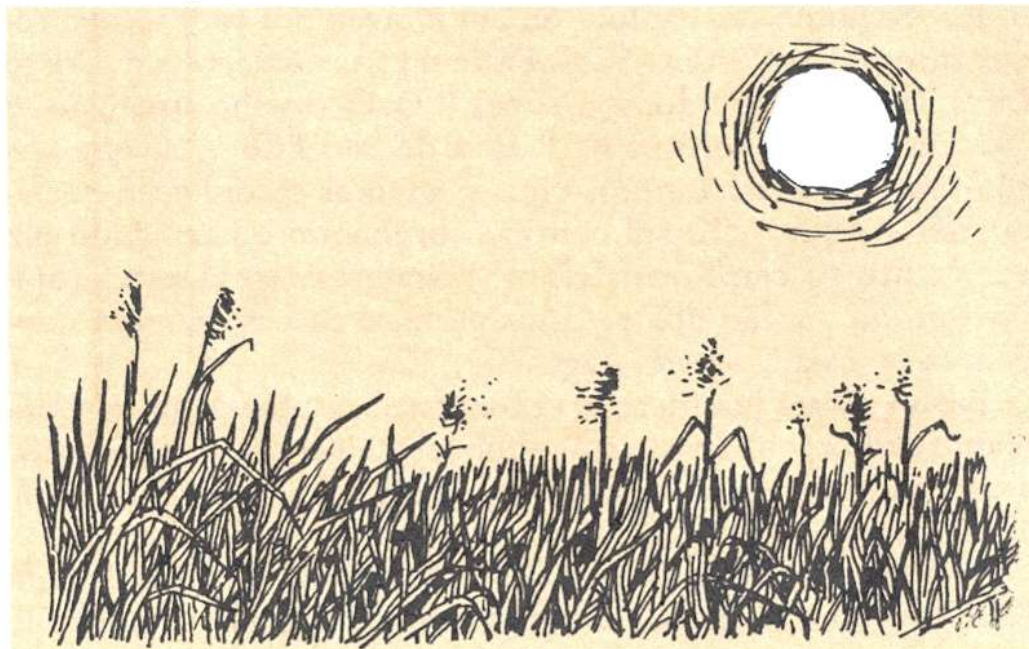
Sola Fide. Conquanto nossa justificação e reconciliação com Deus já fossem obras e asseguradas mediante a morte de

Cristo, isto não significa que todos se salvarão. Lutero declarou: “Portanto, conquanto a obra mesma de redenção já haja sido terminada, não pode ajudar nem beneficiar a um homem a menos que creia nela e experimente seu poder salvador no coração.” *Ibid.*

Em Romanos 3:28, o apóstolo diz: “Concluímos, pois, que o homem é justificado pela fé sem as obras da lei.” Ao traduzir isto ao alemão, Lutero o traduziu como “justificado pela fé somente”. Seus críticos levantaram uma tormenta de protestos, acusando-o de acrescentar deliberadamente à Palavra de Deus. Lutero não só assinalou que outros tradutores antes dele haviam feito o mesmo, mas que o sentido mesmo da passagem implicava fé só. Assinalou que em alemão não daria boa gramática a menos que fosse acrescentada a palavra “só”. E sobretudo, dado que Cristo já realizou e sofreu tudo quanto é necessário para nossa aceitação com Deus, que mais se requer senão “fé somente”?

O entendimento que Lutero teve da fé se baseia em dois princípios muito importantes:

1. A fé não é mágica. Não há virtude salvadora nela. Deus não nos justifica porque tenhamos fé ou devido a nossa fé. Isso contradiria o Evangelho de ser justificados por uma graça que se estende sem causa de nossa parte. Negaria, ademais, a justificação somente por Cristo. A fé não faz; meramente toma. Não faz com que apareça a graça, mas torna consciente de algo que já está em existência. E como abrir os olhos para ver o sol. O sol já estava ali, e abrir os olhos não tem nada a ver



com o fazê-lo brilhar. A fé é aceitar nossa aceitação em Jesus Cristo.

2. A fé não é um atributo do coração natural. Não pode ser gerada por si só. A obra do Espírito Santo é a de dar fé ao coração humano. Disse o reformador:

“Porque nem você nem eu poderíamos jamais saber coisa alguma de Cristo, nem crer nele nem tê-lo como nosso Senhor se a salvação não nos fosse oferecida e posta a nossa conta como dom mediante o Espírito Santo através da pregação do Evangelho. A obra da salvação já está feita e terminada; porque Cristo adquiriu e ganhou o tesouro para nós mediante seus sofrimentos, morte e ressurreição. Mas se esta obra tivesse de permanecer escondida, de sorte tal que ninguém soubesse dela, não teria um propósito e seria perdida. Portanto, para que este tesouro não fique enterrado, mas seja posto em uso e seja desfrutado, Deus tem feito com que sua Palavra saía e seja proclamada. Nela se dá o Espírito Santo para que encareça este tesouro ou salvação sobre nós e no-lo aproprie para nós.” *Ibid.*, pág. 706.

Resumindo o *sola gratia*, o *solus Christus*, e o *sola fide* da Reforma: A graça é Deus inclinando-se para aceitar em Jesus Cristo o inaceitável. A fé é o pecador aceitando sua aceitação em Jesus Cristo.

O abarcante significado do “sola fide” de Lutero

Sola fide (só por fé) não foi somente um meio de lançar mão da justificação de Deus. Para Lutero constituiu a base de seu entendimento cristocêntrico das grandes doutrinas da Bíblia. Foi o mistério que explicava outros mistérios.

Consideraremos o abarcante significado do *sola fide* de Lutero em três áreas estreitamente relacionadas: justiça, imortalidade e segurança eterna.

1. **Justiça pela fé somente.** Nesta vida, o cristão nunca é absolutamente justo por obras, por amor, por experiência, por sua atuação ou por natureza. Conquanto seja nascido de novo e o Espírito renovador de Deus viva e opere dentro dele, o crente retém ainda sua natureza pecaminosa. Nenhuma das boas obras dos filhos de Deus será tão pura a ponto de poder suportar a severidade do juízo divino. A mancha da contaminação humana está apegada a suas mais piedosas obras. Lutero resumiu em quatro palavras da língua latina a natureza de um homem cristão: *Simul justus et peccator*, que significa, justo e pecador ao mesmo tempo.

Para Lutero, toda a vida cristã havia de ser uma vida de arrependimento contínuo e de invocação da misericórdia divina. Enquanto nos contemos como pecadores, Deus nos conta como justos por causa de Cristo. Se não somos pecadores a nossos olhos, não somos justos aos olhos de Deus.

A justiça pela qual o crente é aceitável e agradável à vista de Deus não é uma qualidade na vida do crente. A justiça que nos justifica jamais se encontra em santo algum. Acha-se somente em Cristo mesmo. Jamais está na terra, mas sempre no céu. O crente é justo diante de Deus somente por fé. Disse Lutero:

“Portanto, esta é a surpreendente definição da justiça cristã. É a divina imputação ou atribuição de justiça, e para justiça, por causa da fé em Cristo ou por causa de Cristo. Quando os sofistas escutam esta definição se riem, porque imaginam que a justiça é certa qualidade que se derrama na alma e logo se esparrama por todas as partes do homem. . . . Deus conta e reconhece como justo aquele que sem obra alguma se apropria de Seu Filho pela fé. —*Ibid.*, vol. 3, págs. 1229, 1230.

“A justiça cristã não é uma justiça que se encontra dentro de nós, como sucede com uma qualidade ou virtude; isto é, algo que se encontra como parte de nós, ou algo que sentimos. É antes uma justiça estrangeira, completamente fora de nós: a saber, Cristo mesmo é nossa *formalis justitia*, nossa justiça essencial e completa satisfação.” —*Ibid.*, pág. 1230.

Isto não significa que Lutero negasse que os santos vivem vidas justas e virtuosas mediante o receber do Espírito de Deus. Simplesmente significa que as boas obras dos santos (a saber, sua santificação) não fazem parte da justiça mediante a qual aparecem justificados à vista de Deus. Somente em Cristo há uma justiça que satisfaz completamente a lei divina.

Quando Paulo fala da justiça pela fé, não está falando duma qualidade infundida no homem, mas de uma qualidade que reside e que permanece com a Pessoa de Cristo mesmo. Ele é a justiça do crente diante de Deus. Portanto a justiça do crente não se acha na terra. Está em Cristo e é possuída somente pela fé.

Esta doutrina de justiça só pela fé gera esperança na segunda vinda de Cristo. Nesta vida não temos a justiça como posseção empírica. No dom do Espírito Santo, só temos o pagamento de “entrada”, ou as primícias (Rom. 8:23; Efés. 1:14). Portanto, anelamos que Cristo venha para que no-la confira em posseção atual e visível. “Porque nós pelo espírito da fé aguardamos a esperança da justiça.” Gál. 5:5. Comentando acerca desta passagem, Lutero disse:

“Esperamos pela justiça mediante o Espírito por fé, com esperança e desejo; isto é, somos justos, contudo nossa justiça ainda não foi revelada, mas descansa ainda em esperança (Rom. 8:24). Porque enquanto vivermos aqui, o pecado permanecerá em nossa carne. . . . Assim que nossa justiça ainda não se encontra em possessão atual, mas jaz sob a esperança . . . em meio de nossas aflições esperamos por meio da esperança aquela justiça que já possuímos por fé.” Martinho Lutero, *Commentary on Galatians*, Middleton, ed., págs. 457, 462.

Em marcado contraste com Lutero, o papado ensinou que a justiça era uma qualidade infundida nos santos na terra. Pensando que já era uma possessão atual, os que estavam no sistema papal quase não tinham esperança no segundo advento de Jesus.

2. **Imortalidade só por fé.** A perspectiva de Lutero da imortalidade estava em estreito paralelo com sua perspectiva da justificação pela fé. A justiça não é uma qualidade dentro do crente, é a propriedade de Cristo, e permanece sua inerentemente. Da mesma forma, segundo Lutero, a imortalidade não é uma qualidade inerente na natureza do homem. Assim como a justiça, a imortalidade é propriedade exclusiva de Cristo (1 Tim. 6:16), e permanece sua inerentemente.

Contudo, Lutero podia dizer que Deus nos concedeu todas as coisas em Cristo (Efe. 1:3), incluindo a imortalidade. “. . . nosso Salvador, Jesus Cristo. . . aboliu a morte, e trouxe à luz a vida e a incorrupção pelo evangelho.” 2 Tim. 1:10. A morte foi abolida para nós em Cristo. Contudo não ficou abolida em nós. Já temos a vitória sobre a morte, não como uma realidade empírica (porque os cristãos ainda morrem) mas possuímos esta “desmortalidade” mediante a fé. Assim é como o evangelho nos traz o dom da imortalidade. Podemos possuí-la pela fé. Contudo, não será nossa em possessão vivível até que Cristo volte outra vez e a confira a seu povo (ver 1 Cor. 15:51-56).

Em 29 de novembro de 1520 Lutero emitiu sua famosa resposta a uma bula papal sob o título de *Afirmção de todos os artigos erroneamente condenados na bula romana*. Ali enumera o que ele considerou ser os cinco erros papais. É dito que o quinto constitui a idéia da “imortalidade natural da alma”. Lutero os chama “opiniões monstruosas” e “corrupções romanas” que vieram “todas” da “pilha de esterco romano de decretos”.

O erudito luterano Dr. Paul Althaus, faz estas observações em seu livro *The Theology of Martin Luther*:

“A esperança da igreja primitiva centralizava-se na ressurreição do Dia Final. É isto o que por vez primeira chama os mortos à vida eterna (1 Cor. 15; Fil. 3:20 em diante). Esta ressurreição se efetua para o homem inteiro e não só para o corpo. Paulo fala da ressurreição, não do “corpo”, mas dos “mortos”. Este entendimento da ressurreição subentende implicitamente a morte como algo que também afeta o homem total. . . .

“Assim, os conceitos bíblicos originais foram substituídos por idéias de dualismo helenista gnóstico. A idéia do Novo Testamento duma ressurreição que afeta o homem inteiro teve que dar lugar à imortalidade da alma. Também perde sentido o Dia Final, porque as almas já receberam tudo quanto era decisivamente importante muito antes desse. Já não se dirige fortemente a tensão escatológica ao dia da vinda de Jesus. É muito grande a diferença entre isto e a esperança do Novo Testamento.

“Em Lutero reaparecem as perspectivas decisivas do Novo Testamento, e se constituem outra vez nos elementos dominantes de seu pensamento.” —Paul Althaus, *The Theology of Martin Luther*, págs. 413, 414.

Com esta compreensão de que a imortalidade é nossa somente em Cristo, somente pela fé, Lutero não atacou meramente os abusos do papado, como foi à própria raiz dos abusos. As doutrinas do purgatório, as orações pelos mortos e as invocações dos santos ficaram totalmente devastadas desde suas bases.

Não obstante, Paulo Althaus afirma que: “A teologia da igreja luterana subsequente não acompanhou a Lutero neste ponto. Antes, adotou de novo a tradição medieval e a continuou.” —*Ibid.*, pág. 417. Em 1765, o arqui-diácono anglicano Francis Blackburne, revisou toda esta questão e fez estas surpreendentes observações:

“A desventura foi que seus discípulos mais imediatos [de Lutero] seguiram outra persuasão, e, por conseguinte, em vez de defender a doutrina de seu mestre se empenharam em provar que ele nunca a havia sustentado. . . . Deixando [assim] a raiz principal do papado por terra, não admira que fossem tão ineficazes em podar os frutos corruptos que sempre têm brotado e sempre brotarão dela.” —Francis Blackburne, *A Short Historical View*, pág. 125.

Sem embargo, desde os dias da Reforma, outros homens notáveis de Deus têm-se apegado ao ponto de vista de Lutero com respeito à imortalidade. Guilherme Tyndale, o correspondente inglês de Lutero, defendeu tenazmente a perspectiva de Lutero contra Sir Tomás Moore. Fryth, um colega reformador

e companheiro de Tyndale, utilizou o ponto de vista de Lutero para atacar a doutrina papal do purgatório. A princípio, a doutrina da alma imortal foi incorporada nos *Quarenta e dois artigos* da Igreja da Inglaterra. Devido a que homens proeminentes sustentavam a perspectiva de Lutero, eliminou-se o artigo da imortalidade da alma; disso é que derivam os históricos Trinta e Nove Artigos que ainda existem.

E através dos anos, homens como João Milton (*Paraíso perdido*), Isaac Watts (“Ao contemplar a excelsa cruz”), Roberto Hall, Dr. F. W. Farrar, Bispo Wescott, Enrique Ward Beecher, José Parker, o finado Arcebispo Temple, James Moffat, Reinhold Neibuhr, Karl Barth, Oscar Cullmann e uma hoste de eruditos contemporâneos se uniram à perspectiva de Lutero. Estes eruditos implicam que foi Platão e não os escritores da Bíblia o que originou a idéia de que o homem tem dentro de sua natureza uma substância imortal ou divina.

Um dos maiores pregadores e escritores da atualidade dentro da Igreja Luterana, o Dr. Helmut Thielicke, assinala o paralelo das perspectivas de Lutero na justificação e a imortalidade. Também assinala que a doutrina católica romana da justificação mediante uma justiça infusa e o conceito popular da alma imortal vão juntas. Eis aqui um de seus comentários dignos de consideração:

“Esta noção da infusão se imiscuiu novamente no terreno protestante após a Reforma. Contudo, segundo o vejo, a consequência lógica desta mudança não foi definida, a saber, uma doutrina de imortalidade que seria substancialmente paralela, e que corresponde à doutrina recente da justificação.” Helmut Thielicke, *Death and Life* (Philadelphia: Fortress Press, 1970), pág. 198.

Verdadeiramente o Dr. Helmut Thielicke recaptura o pensamento de Lutero quando diz:

“A justiça que é válida diante de Deus não é uma qualidade de mim mesmo em virtude da qual sou justo, mas a qualidade de Deus por virtude da qual ele me torna justo. Lutero descreveu esta realidade factual em ambos os aspectos (como justiça e como vida) . . . Assim que, nossa justiça é a qualidade de outro. É uma justiça de fora (*aliena justitia*) . . .

“A noção da infusão também produz necessariamente desde a mesma raiz uma nova doutrina de imortalidade, que deve operar com a idéia de que a alma cheia agora da substância divina da graça, ministrada como se fosse com *zoe*, não pode sucumbir à morte, mas deve sobrevivê-la.

“Em contraste, a fé bíblica redescoberta por Lutero reconhece que tanto a justiça como o *zoe* [a vida] permanecem exclusivamente à disposição de Deus, e que eu participo nelas somente até o grau que se me concede companherismo pessoal com Deus em Cristo: isto é, concedido a mim por nenhuma razão intrínseca. . . .

“Segue-se então que, mesmo sob o aspecto duma máscara biológica, não me atrevo a considerar minha morte como algo que já não afeta ao meu eu verdadeiro, dado que sou imortal, mas que se move passando por alto minha alma. Não, todo meu ser vai à morte. Nada me dá o direito de rechaçar a totalidade do homem, a qual proclamam as Escrituras em conexão com o desastre da morte, e dividi-la de repente em corpo e alma, num elemento do eu perecível e outro do eu imperecível. Mas como cristão eu vou a essa morte com a confiança completa de que não posso permanecer ali dado que sou um a quem Deus chamou por nome e que, por conseguinte, serei chamado de novo no Dia de Deus. Estou sob a proteção do Ressuscitado. Não sou imortal, mas espero minha própria ressurreição. . . .

“Neste ponto o entendimento bíblico do reformador com respeito à justificação alcança seu ponto culminante. Justamente assim como me apresento com mãos vazias diante de Deus e permaneço em pé, justamente como só posso implorar a Deus que me aceite, assim somente deste modo me dirijo à morte com mãos vazias e sem nenhuma substância imortal em minha alma, mas somente com meu olhar dirigido à mão de Deus e com a petição em meus lábios, ‘Mão que perdurarás, sustém-me ainda mais’.

“Ao morrer venho diante de Deus, que sustém em suas mãos não só o juízo como também a vida, e venho com a confiança de que não tenho necessidade de confiar em minhas boas obras nem em minha alma imortal. De fato, não me atrevo sequer a confiar nelas (dado que aquelas não são boas e a outra não é imortal) e contudo estou confiado de que sou justo e comparto na ressurreição só por graça (2 Cor. 4:7; 5:1). Permaneço em companherismo com Aquele que é o Alfa e o Omega, e com este conhecimento caminho à noite da morte, verdadeiramente a noite mais escura, sem embargo sei quem espera por mim na manhã.” *Ibid.*, pág. 196-199.

Resumamos o ponto da teologia de Lutero como segue: Assim como nossa justiça está em Cristo no céu e é nossa só pela fé, igualmente nossa imortalidade está em Cristo no céu e é nossa somente pela fé.

3. **Segurança eterna somente por fé.** Lutero declarou que se o papado estivesse correto em tudo o mais, ele o consideraria como anticristo porque sua doutrina não dava a seus afiliados segurança de salvação. “Se duvidas, estarás pecando sem cessar”, disse o reformador (*What Luther Says*, Vol. 3, pág. 1268).

Os seguidores de João Calvino buscaram um sentido de segurança na idéia de seu mestre com respeito à predestinação e numa “graça irresistível”. Não obstante, a perspectiva de Lutero foi diferente. Ele assinalou que se se partia da idéia da predestinação ou se se pensava demasiado a respeito desse mistério, podia-se cair na tentação de “imaginar que Deus é um preguiçoso”. (*Ibid.*, vol. 1, pág. 456). Lutero viu que a doutrina da predestinação é útil para mostrar que a iniciativa de nossa salvação é tomada inteiramente fora de nossa vontade e colocada na vontade de Deus. Mais do que isto, porém, ele ensinou que Cristo morreu por todos.

“Ademais, quem sabe se fui eleito para a salvação? Resposta: Observa as palavras [de João 3:16]. Rogo-te que determines como e de quem ele está falando: “Deus amou o mundo de tal maneira” e “para que todo aquele que nele crê”. Agora, a palavra ‘mundo’ não significa só São Pedro e São Paulo, mas toda a raça humana, toda junta. E aqui não fica ninguém excluído. O Filho de Deus foi dado por todos. Todos deveriam crer, e todos os que creiam não perecerão, etc. Toca em teu nariz, te suplico, para que determines se não és um ser humano (isto é, parte do mundo) e como qualquer outro homem pertences ao número dos que foram incluídos pela palavra ‘todos’.” —*Ibid.*, vol. 2, págs. 608, 609.

Lutero cria na “segurança eterna” do crente, mas não na mesma forma que Calvino. O conceito de Calvino da segurança eterna se despreendeu de sua perspectiva com respeito à predestinação dos eleitos. O conceito de Lutero se desprendia de sua perspectiva da cruz. Dizia ele: “Deus não podia ter feito a promessa do evangelho e da salvação mais segura e mais certa para nós do que a fez mediante os sofrimentos e a morte de seu Filho Unigênito”. —*Ibid.*, vol. 3, pág. 1265.

Na perspectiva de Lutero, a segurança eterna estava escondida no mesmo lugar que a justiça e a imortalidade. Estava em Cristo, no céu. Por conseguinte, o cristão tem segurança eterna unicamente pela fé. Seu tesouro está num lugar seguro e guardado. É sua na medida em que creia e continue crendo. Duvidar é cair e perder a fé é cair da graça, o que, para Lutero, permanecia como uma possibilidade definitiva ao longo da existência. Portanto, o crente contempla a Cristo e tem tudo o de que necessita para inspirar-lhe confiança; se contempla a si mesmo e vê tudo o que lhe inspira temor. A vida deve ser vivida no paradoxo da fé e do temor—certo tipo de confiança desesperada. A segurança que é nossa em Cristo somente pela

fé, chegará a ser nossa em posseção atual na vinda de Cristo. Enquanto isso, a fé deve ser mantida em paciência, purificar-se na prova e fortalecer-se no exercício da obediência à Palavra de Deus.

Conclusão: A esperança do retorno de Cristo

Deus “nos abençoou com todas as bênçãos espirituais nos lugares celestiais em Cristo”, Efe. 1:3. Estas bênçãos incluem os dons da justiça, da imortalidade e da segurança eterna. Mas estas bênçãos não são qualidades em nós. Não estão na terra. Estão no céu, somente em Cristo. São nossas somente pela fé. Devido a que cremos. Deus nos dá o pronto pagamento—nos dá as primícias do Espírito (Efe. 1:14; Rom. 8:23). O Espírito nos faz esperar, mesmo gemer, pelo cumprimento da vida no segundo advento de Jesus. Então, tudo o que é nosso agora pela fé será nosso em posseção visível e atual.

A igreja medieval perdeu a esperança do segundo advento de Jesus que a igreja apostólica possuía. Mas a mensagem do *sola fide* de Lutero reavivou esta esperança. Como diz Paulo Althaus:

“Em distinção à doutrina oficial da igreja, a teologia de Lutero revive outra vez a ansiosa expectativa da vinda de Cristo que foi comum para a igreja cristã primitiva.” —Paulo Althaus, *op. cit.*, pág. 419.

“A idade média temia o Dia da Ira, mas Lutero deseja a vinda de Jesus, porque trará o fim do anticristo e trará a redenção. Lutero pôde chamá-lo ‘o mui feliz Dia Final. Daí que a atitude da igreja cristã primitiva para com o último dia ficara renovada e fora devolvida à vida.” —*Ibid.*, págs. 421, 422.

O *sola fide* de Lutero é um Não! total às aspirações religiosas do humanismo, do pentecostalismo e do romanismo. O humanismo dirige o homem a encontrar sua satisfação nos recursos humanos. O pentecostalismo tenta encontrar a satisfação na experiência extática duma vida “cheia do Espírito”. O romanismo tenta encontrar a satisfação numa infusão mística de justiça. Mas a mensagem de Lutero declara que nossa satisfação não está sobre a terra, mas somente no céu, nunca no homem, mas somente em Cristo. É nossa somente pela fé. Quando Cristo retornar e enrolar o pergaminho do tempo, então, e somente então, será completa a vida humana.

Prefacio da Epístola aos Romanos *

Martinho Lutero

Esta Epístola é a verdadeira parte principal do Novo Testamento e o Evangelho mais puro. É digna de que todo Cristão, não só a tenha de memória palavra por palavra, como também se ocupe nela como o pão cotidiano da alma. Pois nunca pode chegar a ser lida e ponderada o suficiente; e quanto mais é estudada tanto mais preciosa e apetecível se torna. Por essa razão, quero oferecer minha contribuição e facilitar o acesso a ela mediante este Prefácio—na medida da capacidade que Deus me há dado—para que seja entendida melhor por todos. Porque até agora tem sido obscurecida de forma lamentável com comentários, e toda classe de charlatanismo, se bem que em si mesma é uma luz brilhante, quase suficiente para iluminar toda a Escritura.

1a PARTE—EXPLICAÇÃO DOS TERMOS USADOS NESTA EPISTOLA

Antes de tudo, devemos conhecer sua linguagem, de maneira que saibamos o que São Paulo quer dizer com palavras como: LEI, PECADO, GRACA, FE, JUSTICA, CARNE, ESPÍRITO e coutras semelhantes; pois do contrário a leitura não terá nenhum proveiro.

(A) Lei

A palavrinha *lei* não deve ser entendida aqui no sentido humano, quer dizer, como ensino das obras que se têm de fazer,

*Este prefácio foi escrito por Lutero em 1522. Nós o traduzimos e publicamos com autorização de *Obras de Martin Lutero*, vol. VI, em castelhano, págs. 129 a 144 (adquirida em 1980). Recomendamos a nossos leitores que adquiram e leiam as *Obras de Martin Lutero*.

e as que se têm de evitar, o que é próprio de leis humanas, que se cumprem com obras, ainda que o coração não participe. Deus julga o íntimo do coração. Por isso sua lei exige o mais íntimo do coração e não se satisfaz com obras; pelo contrário, censura as que não procedem de um coração sincero, como hipocrisias e mentiras. Por isso chama de mentirosos todos os homens no Salmo 116:11, precisamente porque ninguém guarda ou pode guardar a lei de todo coração. Pois qualquer um encontra em si mesmo desprazer para realizar o bem, e prazer para realizar o mal. Quando não existe o livre prazer de fazer o bem, tampouco existe esta íntima harmonia do coração com a lei de Deus; então certamente também há pecado e ira merecida de Deus, ainda que exteriormente apareçam muitas boas obras e uma vida honrada.

Por isso conclui São Paulo, no segundo capítulo, que todos os judeus são pecadores, e afirma que somente os que praticam a lei estão justificados ante Deus. Quer dizer com isso, que ninguém se considere cumpridor da lei só pelo fato de realizar as obras da lei, senão que lhes diz: “Tu ensinas que não se deve cometer adultério, mas tu adulteras. Da mesma maneira que julgas a outro, te condenas a ti mesmo, porque o que julgas o fazes tu mesmo”. Como se dissesse: Tu vives muito bem exteriormente nas obras da lei, e condenas aos que não vivem assim e sabes ensinar a qualquer um; vês o cisco no olho alheio, mas não vês a viga que tem no teu olho.

Porque ainda que exteriormente guardas a lei com obras por temor ao castigo, ou por amor ao prêmio, sem dúvida tudo o que fazes, fazes sem amor espontâneo da lei, senão com desprazer e por obrigação; e com gosto atuarias de outra forma, se a lei não existisse. Disso se deduz que tu és inimigo da lei no íntimo do teu coração. Que significa que ensinas a outro a não furtar, quando tu mesmo no íntimo do teu coração és um ladrão, e o serias exteriormente se pudesses? Claro que amiúde também a obra exterior não se faz esperar por longo tempo em tais hipócritas. Portanto ensinas a outros, mas não a ti mesmo. Tu mesmo não sabes o que ensinas e nunca entendestes a lei corretamente. Com efeito, a lei aumenta mais o pecado, como disse o apóstolo no capítulo 5, posto que o homem se faz mais inimigo da lei quanto mais ela exige o que ele não pode fazer.

Por isso diz no capítulo sétimo: “A lei é espiritual”. Que quer dizer isto? Se a lei fosse corporal então as obras bastariam. Mas como ela é espiritual, não bastam as obras, salvo que

tudo o que faças se faça verdadeiramente de coração. Mas ninguém dá um coração semelhante, senão o Espírito de Deus, que faz o homem concordar com a lei, de maneira tal que sente agrado por ela de todo coração, e daí por diante faz tudo, não por temor, nem obrigação, senão por livre vontade, de coração. De tal forma a lei é espiritual que quer ser amada e cumprida por corações espirituais e exige um espírito tal. Se não se encontra este espírito no coração do homem, então permanece o pecado, o desprazer, a inimizade contra a lei que é, não obstante, boa, justa e santa.

Acostuma-te, pois, a esta forma de falar: uma coisa é realizar as obras da lei e outra coisa muito distinta, cumprir a lei. As obras da lei é tudo o que o homem faz e pode fazer em conformidade com a lei por sua livre vontade e por suas próprias forças. Mas dado que sob e junto a essas obras permanecem no coração o desprazer e a obrigação para com a lei, por esse motivo todas essas obras são perdidas e sem nenhuma utilidade. Isto quer expressar São Paulo no terceiro capítulo quando diz: “Nenhum homem será justificado diante de Deus mediante as obras da lei”. Por isso podes ver agora que os disputadores escolásticos e sofistas são sedutores quando ensinam preparar-se com obras para a graça. Como se pode preparar com obras para o bem aquele que ao executar qualquer obra o faz com desprazer e contra a vontade em seu coração? Como poderá agradar a Deus o que provém de um coração desprazeroso, e mal disposto?

Mas cumprir a lei é fazer suas obras com prazer e amor, viver de uma maneira piedosa e boa sem sua imposição, como se a lei e o castigo não existissem. Mas tal prazer de amor espontâneo é produzido no coração pelo Espírito Santo, como declara no capítulo quinto. Mas o Espírito não é dado senão somente em, com, ou pela fé em Jesus Cristo como disse na introdução. E a fé não vem senão somente pela palavra de Deus e o evangelho que prega a Cristo, que é filho de Deus e homem, morto e ressuscitado por nós, como afirma nos capítulos terceiro, quarto e décimo.

Daí resulta que somente a fé justifique e cumpra a lei, pois obtém o Espírito pelo merecimento de Cristo, espírito que faz o coração alegre e livre, como o exige a lei: deste modo as boas obras provêm da fé mesma. Isto é o que indica no capítulo 3, depois de haver rechaçado as obras da lei, dando a impressão de que quisesse suprimi-la mediante a fé. Não, diz,

nós estabelecemos a lei mediante a fé, isto é, a cumprimos mediante a fé.

(B) Pecado

A Escritura Sagrada chama *pecado*, não somente a obra exterior do corpo, senão a todas as atividades que impelem, ou movem para ela, como seja, o íntimo do coração com todas as suas forças. Por conseguinte a palavrinha *fazer* significa que o homem se entrega completamente ao pecado. Pois não se produz nenhuma obra exterior do pecado a menos que o homem se empenhe nela com corpo e alma. A Escritura enfoca especialmente ao coração e à raiz e à fonte principal de todo pecado que é a incredulidade no íntimo do coração. Assim como somente a fé justifica, trazendo consigo o Espírito e o prazer para as boas obras exteriores, da mesma maneira também somente a incredulidade peca e incita a carne e a faz sentir prazer pelas más obras exteriores, como ocorreu com Adão e Eva no Paraíso, Gen. 3:26.

Por isso Cristo chama pecado somente a incredulidade, quando diz em João 16:8, 9: “O Espírito castigará o mundo, por causa do pecado, porque não crêem em mim”. Por isso também, antes de ocorrer boas ou más obras, como sucede nos bons e maus frutos, deve existir primeiro no coração a fé ou a incredulidade, como raiz, como seiva, e força principal de todos os pecados, que é chamado nas Escrituras a cabeça da serpente, e do velho dragão que seria espisoteada pela descendência da mulher, por Cristo, como foi prometido a Adão.

(C) Graça

A diferença entre *graca* e *dádiva* é que graça significa propriamente benevolência ou favor de Deus que ele abriga consigo mesmo para conosco e que inclina a dar-nos a Cristo, ao Espírito com seus dons. Assim o evidencia no capítulo quinto (Rom. 5:15) quando diz: “A graça e o dom em Cristo, etc. . .” Ainda que os dons e o Espírito cresçam diariamente em nós—não chegando nunca a ser perfeitos, de maneira que ainda permanecem em nós maus desejos e pecado, que lutam contra o espírito, como afirma mais adiante em Romanos 7:5, 14 e 23 e Gálatas 5:17 e como se promete em Gênesis 3:15, a luta entre a estirpe da mulher e da serpente—a graça faz tanto que nos podemos considerar completamente justificados diante

de Deus; ela não se divide nem se fracciona, como ocorre com os dons, senão que nos incorpora totalmente em sua benevolência, por causa de Cristo, nosso intercessor e mediador, e por haver começado os dons em nós.

Desta forma entendes, pois, o capítulo sétimo em que São Paulo se chama ainda pecador, e contudo afirma, no oitavo, que não há nada de condenável naqueles que estão em Cristo por causa dos imperfeitos dons e do espírito. Somos ainda pecadores por causa da carne que ainda não morreu, mas porque cremos em Cristo e temos o princípio do Espírito. Deus é tão favorável e misericordioso para conosco, que não considera tais pecados nem quer julgá-los, senão que procederá conosco segundo nossa fé em Cristo até que o pecado seja suprimido.

(D) Fé

A *fé* não é a ilusão humana ou o sonho que alguns consideram como tal e quando vêm que não segue um melhoramento da vida nem boas obras, ainda que todavia possam ouvir e falar muito sobre ela, então caem no erro e afirmam que a fé não é suficiente, de maneira que teriam de fazer obras para ser bom e salvo.

Isto sucede quando escutam o evangelho e vêm depois e formam por conta própria um pensamento no coração que lhes diz: eu creio; depois consideram isso uma fé correta; mas como é uma invenção humana e um pensamento que nunca se experimenta no íntimo do coração, então não chega a produzir nada e não se segue nenhuma melhora.

Mas a fé é uma obra divina em nós, que nos transforma e nos faz nascer de novo, de Deus, S. João 1:13, mata o velho Adão e nos faz ser um homem distinto de coração, de ânimo, de sentido e de todas as forças, trazendo o Espírito Santo consigo. A fé é uma coisa viva, laboriosa, ativa, poderosa de maneira que é impossível que não produza o bem sem cessar. Tampouco indaga se tem que fazer boas obras, senão, antes de perguntar já as fez e está sempre fazendo. Mas quem não faz tais obras é um homem incrédulo, anda às tontas. Busca a fé e as obras boas e não sabe o que é Fé ou boas obras, e fala, e conversa muito sobre ambas.

A fé é uma viva e inamovível segurança na graça de Deus, tão certa que um homem morreria mil vezes por ela. E tal segurança e conhecimento da graça divina faz o homem alegre, valente e contente ante Deus e todas as criaturas, pois é o que

realiza o Espírito Santo na fé. Por isso se está disposto e contente sem nenhuma imposição para fazer o bem e servir a qualquer um, para sofrer tudo por amor e louvor a Deus, que lhe tem mostrado tal graça. Por conseguinte, é impossível separar a obra da fé, tão impossível como é separar o arder e o resplandecer do fogo. Por isso deves ter muito cuidado ante teus próprios falsos pensamentos, e ante inúteis charlatães que querem ser inteligentes para julgar sobre as boas obras e são os mais torpes.

Roga a Deus para que produza a fé em ti, do contrário ficarás eternamente privado dela, ainda que inventes ou faças o que quiserdes ou possas.

(E) Justiça

Agora bem, a *justiça* é tal fé e se chama justiça de Deus, ou que vale diante de Deus, pelo fato de que é um dom de Deus e faz com que o homem dê a cada um o que lhe deve. Pois pela fé chega a ser o homem livre de pecado e a cumprir com agrado os mandamentos de Deus; com isso dá a Deus a honra que lhe corresponde e lhe paga o que lhe deve. Mas o homem lhe serve voluntariamente com o que pode e paga também com isso a qualquer um. Tal justiça não pode ser realizada pela natureza, pela livre vontade e por nossas forças. Pois assim como ninguém pode dar fé a si mesmo, tampouco ninguém pode tirar a incredulidade. Como se quer, pois, remover um só pecado, ainda que fosse o menor deles? Por isso é falsidade, hipocrisia e pecado o que ocorre fora da fé ou na incredulidade (Rom. 14:23) por mais que seja em aparência.

(F) Carne e espírito

A *carne* e o *espírito* não deves compreender aqui como se a primeira fosse somente o que concerne a impureza, e o segundo ao interior do coração. Paulo chama carne, igualmente que Cristo (São João 3:6), a todo o nascido de carne, todo o homem com corpo e alma, com a razão e todos os sentidos. Precisamente porque tudo no homem tende para a carne, de modo que também podes chamar carnal àquele que sem a graça inventa muito sobre elevadas questões espirituais, ensina e fala muito. Podes aprender muito bem das obras da carne, segundo Gálatas (5:19 em diante) onde o apóstolo chama obra

da carne também à heresia e ao ódio. Em Romanos 8:3 diz que, mediante a carne, a lei se debilita, o que não se afirma com respeito à impureza, mas a todos os pecados e principalmente no que respeita à incredulidade que é o mais espiritual dos vícios.

Por outra parte, também tens que chamar espiritual àquele que realiza as obras mais externas, como Cristo ao lavar os pés dos discípulos, e Pedro ao conduzir a barca e pescar. Por conseguinte a carne é um homem que vive e realiza interna e externamente o que está ao serviço da carne e da vida temporal. O espírito é o homem que vive e realiza interna e externamente o que está a serviço do espírito e da vida eterna. Sem esta compreensão dessas palavras nunca entenderás esta epístola de São Paulo nem nenhum livro da Sagrada Escritura. Por isso deves precaver-te de todos os mestres que utilizam estas palavras em outro sentido, seja quem for, Jerônimo, Agostinho, Ambrósio, Orígenes, semelhantes a eles ou ainda superiores. Agora vamos considerar a Epístola.

PARTE II: AGORA TOMAREMOS A EPÍSTOLA EM SI

Cap. 1—Os pecados graves dos homens

É dever de um pregador evangélico que em primeiro lugar, mediante a revelação da lei e dos pecados, castigue tudo e declare como pecado tudo o que não é vivido como procedente do espírito e da fé em Cristo, de modo que os homens sejam conduzidos para o conhecimento de si mesmos e de sua miséria, para que se façam humildes e desejosos de ajuda. Da mesma forma o faz São Paulo e começa no primeiro capítulo a castigar os pecados graves e a incredulidade que são visíveis à luz do dia, como os pecados que se deram e ainda se dão nos pagãos que vivem sem a graça de Deus, e afirma que mediante o evangelho a cólera de Deus se revelará desde o céu sobre todos os homens por causa de seu ateísmo e de sua injustiça. Porque se bem sabem e vêem diariamente que há um Deus, a natureza em si todavia, fora da graça, é tão perversa que nem lhe agradece nem lhe honra; pelo contrário, se faz cega a si mesma e cai sem cessar em ações piores, até que depois da idolatria também produz os mais vergonhosos pecados e os vícios sem pudor, e além disso permite que outros o façam de forma impune.

Cap. 2—Hipocrisia e justiça própria

No capítulo seguinte estende tal castigo mesmo àqueles que tão bons parecem exteriormente ou os que pecam em segredo, como ocorria com os judeus, e como sucede atualmente com todos os hipócritas que de má vontade vivem corretamente e no fundo do coração são inimigos da lei de Deus, mas que, contudo, acham um prazer em julgar a outras pessoas o que é próprio de todos os impostores que se consideram a si mesmos puros, mas que estão cheios de avareza, de ódio, de orgulho, e de toda imundícia, Mateus 23:27 em diante. Precisamente são aqueles que desprezam a bondade de Deus e que por sua dureza acumulam a cólera de Deus sobre eles. Desta maneira São Paulo, como um autêntico intérprete da lei, a ninguém deixa sem pecado, senão que anuncia a cólera de Deus a todos os que querem viver corretamente por sua própria natureza ou por livre vontade, e não os faz aparecer melhores do que os pecadores comuns: com efeito afirma que são duros de coração e impenitentes.

Cap. 3—Todos os homens são pecadores; salvação por fé

No capítulo terceiro coloca a todos em um mesmo grupo e diz que um é como o outro, todos pecadores ante Deus, exceto que os judeus tinham a palavra de Deus, ainda que muitos não creram nela; mas com isso não perde validade a fé e a verdade de Deus, e acrescenta uma afirmação do Salmo 50:6 que Deus permanece justo em sua palavra. Depois insiste de novo e demonstra também mediante a Escritura que todos são pecadores e que pelas obras da lei ninguém é justificado, mas que a lei foi dada somente para reconhecer os pecados.

Depois começa e mostra o reto caminho para chegar a ser bom e salvo, e afirma: Todos são pecadores e sem a glória de Deus, devem ser justificados sem merecimento algum pela fé em Jesus Cristo quem nos tem feito merecidos por seu sangue, tendo chegado a ser um instrumento de propiciação por parte de Deus que perdoa nossos pacados anteriores para provar com isso que sua justiça que ele entrega na fé, é a única que nos ajuda. Naquele tempo foi revelada mediante o Evangelho, e antes testificada pela lei e os profetas. Assim a lei se estabelece mediante a fé, ainda que com isso caem as obras da lei com toda sua glória.

Cap. 4—As boas obras como sinais exteriores da fé

No capítulo quarto—já que nos primeiros três capítulos se puseram de manifesto os pecados, e se ensinou o caminho da fé para a justiça—começa a defrontar algumas objeções e protestos; no primeiro termo considera aquela que em geral levantam os que ouvem que a fé torna justo sem as obras e dizem não haver que se fazer agora boas obras: Ele mesmo cita o caso de Abraão e diz: Que fez pois Abraão com suas obras? Foi tudo em vão? Não tinham suas obras nenhuma utilidade? E conclui que Abraão, sem obra alguma, somente pela fé foi justificado, de tal maneira, que antes da obra de sua circuncisão foi considerado como justo pela Escritura somente por causa de sua fé, Genesis 15:6. Mas se a obra da circuncisão não fez nada com respeito a sua justiça, que sem embargo Deus lhe mandou e que era uma boa obra de obediência, então certamente não haverá nenhuma outra obra que faça algo com respeito à justiça. Mas como a circuncisão de Abraão era um sinal exterior para que provasse sua justiça na fé, então todas as boas obras são somente sinais exteriores que resultam da fé e mostram, como os bons frutos, que o homem já está justificado interiormente diante de Deus. Desta maneira confirma agora S. Paulo com um excelente exemplo da Escritura a doutrina pela fé exposta no terceiro capítulo e acrescenta ainda uma testemunha, Davi, no Salmo 32:1 e 2 que também sustenta que o homem é justificado, sem obras, ainda que não deixará de fazer obras quando está justificado. Depois estende o exemplo a todas as obras da lei e conclui que os judeus não podem ser herança de Abraão somente por causa do sangue, muito menos ainda por causa das obras da lei, mas devem herdar a fé de Abraão se querem ser herdeiros autênticos, porque Abraão antes da lei—ambas, tanto a de Moisés como a da circuncisão—foi justificado pela fé e é chamado o pai de todos os crentes. Ademais, a lei produz mais ira que graça, porque ninguém a cumpre com amor e gosto de modo que a lei produz mais não-graça do que graça. Por isso somente a fé pode alcançar a graça prometida a Abraão, porque também esses exemplos foram escritos para nós, com o objetivo de que também crêssemos.

Cap. 5—Os frutos da fé

No quinto capítulo refere-se aos frutos e obras da fé: paz, alegria, amor a Deus e ao próximo; e mais segurança, intrepidi-

dez, resolução, valor e esperança na tristeza e no sofrimento. Pois tudo isto é o que se segue quando a fé é correta por causa do bem superabundante que Deus nos mostra em Cristo, a quem deixou morrer por nós, antes que o pedíssemos, mas mesmo quando ainda éramos inimigos. Por conseguinte, é evidente que a fé sem obra alguma justifica, do que não se deduz, porém, que por isso não se deva fazer nenhuma obra boa, pelo contrário, as obras verdadeiras não devem ficar fora; delas nada sabem os falsos devotos que inventam obras próprias nas quais não há nem paz, nem alegria, nem segurança, nem amor, nem esperança, nem intrepidez, nem nenhuma classe de verdadeira obra e fé cristã.

Depois faz uma agradável digressão e rodeio e relata de onde provém ambas, o pecado, e a justiça, a morte e a vida, confrontando finalmente a ambos: Adão e Cristo. Quer dizer: por isso teve que vir Cristo, outro Adão, que nos deixasse a herança de sua justiça, mediante um novo e espiritual nascimento na fé, assim como aquele Adão nos deixou como herança o pecado mediante o original nascimento carnal. Mas manifesta e confirma com isso que ninguém pode com as obras livrar-se, a si mesmo do pecado e chegar à justiça, assim como, tão pouco pode evitar nascer corporalmente. Com isso se demonstra também que a lei divina—que por lógica deveria ajudar—se é que pode ajudar algo para a justiça, não somente não tem ajudado, senão que também tem aumentado os pecados, pelo fato de que a má natureza se faz tanto mais inimiga da lei, e quer satisfazer seus apetites tanto mais quanto é proibida pela lei. Desta maneira a lei torna ainda mais necessário a Cristo e exige mais graça que ajude à natureza.

Cap. 6—A luta diária contra o pecado

No capítulo sexto considera a obra especial da fé, a luta do espírito com a carne, dirigida a matar completamente os pecados e prazeres restantes que ficam depois da justificação, e nos ensina que nós não estamos livres pela fé, de maneira que possamos estar ociosos, frouxos, e seguros, como se já não existisse nenhum pecado. O pecado continua existindo mas não conduz à condenação por causa da fé que luta contra ele. Por isso durante toda nossa vida temos bastante que fazer com nós mesmos, para subjugar nosso corpo, matar seus apetites, e dobrar seus membros, de maneira que sejam obedientes ao espí-

rito e não aos prazeres, a fim de que sejamos iguais a Cristo, em sua morte e ressurreição e realizemos nosso batismo que significa também a morte dos pecados e uma nova vida na graça até que, totalmente puros dos pecados, ressuscitemos na forma corporal com Cristo e vivamos eternamente.

E isto o podemos fazer porque, afirma ele, estamos na graça e não na lei. Isto o interpreta de maneira tal que não estar na lei não deve significar não ter nenhuma lei, de modo que se possa fazer o que cada um quer, senão que estar debaixo da lei significa ocupar-se em suas obras sem a graça. Então dominará certamente o pecado pela lei, porque ninguém sente uma inclinação natural por ela: mas isso mesmo é um grande pecado. A graça, pelo contrário, nos faz amáveis à lei, de modo que o pecado já não existe e a lei não está mais em oposição, senão de acordo conosco.

Esta é a verdadeira liberdade, do pecado e da lei, do qual fala até o final deste capítulo. É uma liberdade para fazer só e gozosamente o bem, e para viver de uma maneira piedosa sem a imposição da lei. Por tal motivo, tal liberdade é uma liberdade espiritual, que não dispensa a lei, antes oferece o que é exigido por ela, quer dizer, o prazer e o amor para que a lei seja silenciada, e não tenha mais que exercer ou exigir. É o mesmo que se tivesse alguma dívida com um senhor feudal e não fosse paga. Poderias desfazer-te dele de duas maneiras: ou bem não tomasse nada de ti e rompesse teu registro de dívidas, ou algum homem bondoso pagasse em teu lugar e te desse o suficiente para que saíesses da dívida. Desta maneira Cristo nos libertou da lei. Por isso não é uma liberdade desordenada e corporal que não tenha que fazer nada, senão uma liberdade que faz muitas e muitas obras, mas está livre da exigência e da dívida da lei.

Cap. 7—Morto para a lei e o conflito dentro do crente

No capítulo sétimo confirma o anterior mediante uma comparação com a vida matrimonial. Quando um homem morre, então sua mulher volta a estar solteira, e um está separado do outro definitivamente; mas não de tal maneira que a mulher não possa, ou que não lhe seja permitido tomar a outro homem por esposo, senão está mais ainda em completa liberdade para fazê-lo, o que não podia fazer antes que morresse seu esposo. Assim nossa consciência está atada a este homem velho e pe-

gador; quando este perece mediante o espírito, então está a consciência livre e separada da lei, não no sentido de que a consciência não tenha que fazer nada, senão que deve primeiro e realmente unir-se a Cristo, o outro esposo, e produzir frutos na vida.

Depois expõe a natureza do pecado e da lei, a saber como mediante a lei, se excita tanto mais, e se faz poderoso o pecado. Porque o homem velho se faz sempre mais inimigo da lei, porque não pode pagar o que é exigido por ela.

Pois o pecar é sua natureza e não pode por si mesmo fazer outra coisa; por isso é a lei sua morte e seu martírio. Não é que a lei seja má, senão que a má natureza não pode suportar o bem, ou seja, que a lei exija dele algo bom. Do mesmo modo que um enfermo não pode suportar que se exija que corra, e salte e faça outras obras próprias de uma pessoa sã.

Por isso conclui S. Paulo que onde se compreende bem a lei e é captada da melhor maneira, ali não faz mais que recordar-nos de nossos pecados e nos mata mediante os mesmos e nos faz merecedores da ira eterna, o que se aprende e se experimenta tão bem na consciência quando é tocada seriamente pela lei. Por conseguinte tem-se que ter algo distinto e superior à lei para tornar o homem bom e salvo. Os que não entendem corretamente a lei são cegos; portam-se com temeridade e pensam satisfazer à lei com obras, pois não sabem quanto exige um coração livre, de boa vontade, alegre. Por isso não podem olhar a Moisés face a face; pois está coberta e tapada para eles por um véu.

Depois mostra como o espírito e a carne lutam entre si em um homem e se coloca ele mesmo como exemplo, para que aprendamos a obra de matar os pecados em nós. Mas ele chama a ambos, ao espírito e à carne, uma lei, porque assim como é próprio da lei divina que impulse e exija, assim também a carne impulsiona, exige e se rebela contra o espírito, e quer ver cumprido o seu desejo. Esta luta permanece em nós enquanto vivemos, em alguns mais, em outros menos, segundo que o espírito ou a carne chegue a ser mais forte; contudo o homem mesmo em sua totalidade é ambas as coisas, espírito e carne; este homem luta consigo mesmo até que chegue a ser completamente espiritual.

Cap. 8—As aflições como ajuda contra a carne

No capítulo oitavo consola a tais lutadores com que tal

carne não condena, e mostra além disso a natureza da carne e do espírito e como o espírito vem de Cristo que nos tem dado seu Espírito Santo que nos faz espirituais e modera a carne e nos assegura que não obstante somos filhos de Deus, ainda que o pecado desencadeia em nós o seu furor, sempre que sigamos ao espírito e nos opomos ao pecado para matá-lo. Como nada melhor existe para suprimir a carne do que a cruz e o sofrimento, consola-nos no sofrimento mediante a assistência do espírito, do amor e de todas as criaturas, quer dizer, ambas as coisas: o espírito suspira em nós e a criatura anela em nós que sejamos livrados ou libertados da carne e do pecado. Assim podemos ver que estes três capítulos se dirigem à mesma obra de fé, isto é, matar o velho Adão e submeter a carne.

Cap. 9-11—A providência ou eleição de Deus

Nos capítulos 9-10-11 ensina sobre a eterna providência de Deus, na qual tem sua origem quem há de crer e quem não, quem pode libertar-se dos pecados e quem não, com o que é tomado para sempre e totalmente de nossas mãos e é colocado totalmente nas mãos de Deus para que possamos ser justos. E isto é o mais necessário, pois somos tão débeis e inconstantes que se de nós dependesse, nenhum homem chegaria a ser salvo certamente; o diabo dominaria a todos. Mas desde que Deus está seguro de que sua providência não lhe falha, nem que ninguém a pode estorvar, temos esperança contra o pecado.

Aqui tem-se que colocar um limite aos espíritos atrevidos e altaneiros que empenham esforços de sua inteligência sobretudo em sondar o abismo da providência e se preocupam em vão com o problema de sua predestinação. Eles provocarão sua própria queda, seja que desesperem, ou que coloquem sua vida em jogo. Tu entretanto, segure esta epístola na ordem que a mesma epístola estabelece: ocupa-te primeiro em Cristo e no evangelho, de modo que reconheças teus pecados e a graça divina e depois lutes com o pecado, como se tem ensinado nos capítulos um a oito. Depois, quando hajas chegado ao oitavo—debaixo da Cruz e do sofrimento—ali aprenderás bem quão consoladora é a doutrina da providência de que falam os capítulos 9, 10, 11. Pois sem sofrimento, sem cruz, e sem perigos de morte não se pode tratar a providência sem dano e oculta cólera contra Deus. Por isso deve estar morto Adão,

antes de que ele suporte esta coisa e beba o vinho forte. Por isso deves precaver-te de beber vinho, quando ainda és um lactante. Cada doutrina tem sua medida, seu tempo e sua idade.

Cap. 12—O culto que agrada a Deus

No capítulo doze ensina sobre o verdadeiro culto a Deus e faz a todos os cristãos sacerdotes, de maneira que têm que sacrificar não dinheiro nem animais, como na lei, senão suas próprias paixões. Depois descreve a conduta exterior dos cristãos no regime espiritual, como deve ensinar, pregar, governar, servir, dar, sofrer, amar viver, atuar frente ao inimigo ou a qualquer um. Estas são as obras que faz um cristão; pois, como se tem dito, a fé não é ociosa.

Cap. 13—Nosso dever para com o governo e todos os homens

No capítulo treze ensina a honrar e obedecer a autoridade secular; o objeto de sua instituição é que, ainda que não torne as pessoas boas diante de Deus—ao menos logra que a pessoa boa tenha exteriormente paz e proteção e os maus não possam fazer o mal livremente sem temor ou em paz e tranqüilidade. Por isso devem honrá-lo também os bons, ainda que não necessitem dele. Mas finalmente enquadra tudo no amor e encerra no exemplo de Cristo: como ele fez conosco, assim também façamos aos outros e sigamos em suas pisadas.

Cap. 14—Nosso dever para com os irmãos débeis

No capítulo quatorze ensina a conduzir com cuidado as consciências débeis, na fé sem feri-las, utilizando a liberdade dos cristãos não para causar dano, senão para proteger os débeis. Porque onde não se faz isso, se produz a contenda e o desprezo do evangelho, cuja conservação deve preocupar-nos mais do que nada, porque é melhor ceder um pouco ao fraco na fé, até que chegue a ser mais forte, antes que toda a doutrina do evangelho sucumba. E tal obra é um trabalho especial do amor que é mui necessário, precisamente agora quando sem necessidade alguma se perturbam as consciências débeis desavergonhada e rudemente por comer carne e permitir-se outras liberdades, antes que conheçam a verdade;

Cap. 15—Amor Cristão

No capítulo quinze põe a Cristo de exemplo para que toleremos também aos outros débeis que caem na fraqueza dos pecados manifestos e que são de costumes desagradáveis, aos quais não se deve rechaçar, senão tolerá-los até que cheguem a ser melhores. Porque assim tem atuado Cristo conosco e o faz diariamente ainda, de tal maneira que suporta muitos vícios e maus costumes junto a toda classe de imperfeições em nós e nos ajuda constantemente. Depois, ao finalizar, roga por eles, os louva e os encomenda a Deus, mostra qual é seu ministério e sua pregação e pede muito amavelmente contribuição para os pobres em Jerusalém; tudo do que fala e trata é puro amor. Portanto encontramos nesta epístola de maneira mais abundante o que um cristão deve saber, quer dizer: que é a lei o evangelho, o pecado, o castigo, a graça, a fé, a justiça, Cristo, Deus, as boas obras, o amor, a esperança, a cruz, e como devemos comportar-nos frente a cada pessoa, seja boa ou pecadora, forte ou débil, amiga ou inimiga, e frente a nós mesmos. Tudo isso fundamentado muito acertadamente com textos das escrituras, e mostrando com exemplos próprios e dos profetas, de modo que não fica nada a desejar. Por isso parece também que S. Paulo tenha querido nesta epístola resumir de uma vez brevemente toda a doutrina cristã e evangélica e facilitar o acesso a todo o Antigo Testamento. Porque sem dúvida quem tem esta epístola bem arraigada em seu coração possui em si a luz e a força do Antigo Testamento. Por isso cada cristão deve familiarizar-se com ela e exercitar-se permanentemente nela. Para isso lhe outorgue Deus sua graça. Amém.

Cap. 16—Saudações e uma advertência

O último capítulo é um capítulo de saudações. Todavia, introduz-se uma nobre advertência ante as doutrinas dos ho-

Subscrições Grátis

Envie seu pedido ao seguinte endereço: **Pregoeiro da Justiça**

P. O. Box 700, Fallbrook, California 92028 EE. UU.

[] Desejo unir-me a lista regular de subscritores para continuar recebendo gratuitamente o **Pregoeiro da Justiça**.

[] Desejo unir-me também a sua lista de subscritores para receber suas publicações em lingua espanhola.

Nome _____
(use letra de forma)

Endereço _____

mens que se infiltram entre a doutrina evangélica e provocam escândalo como se certamente houvesse previsto que deviam vir de Roma e pelos romanistas os sedutores e molestos cânones e decretais e todos os vermes dos mandamentos e leis humanas, que asfixiam agora a todo o mundo e que tem aniquilado esta epístola e toda a Sagrada Escritura junto com o espírito e a fé, de modo que não ficou senão o ídolo ventre, cujos servidores censura S. Paulo. Deus nos livre deles. Amém.

Resumo

Acharás logo, nesta epístola, a maior abundância de coisas que o cristão deveria saber, o que é a lei, o evangelho, o pecado, o castigo, a graça, a fé, a justiça, Cristo, Deus, as boas obras, o amor, a esperança, levar a cruz; também como nos temos de comportar em toda relação para com os piedosos, e para com os pecadores, para com os fortes e para com os fracos, na fé, para com os amigos, e para com os inimigos, e para com nós mesmos. Mas ainda todo este ensino tem sido magistralmente constituído sobre o terreno das Escrituras e ilustrado pelo exemplo pessoal do apóstolo e pelo exemplo dos profetas, de sorte que não nos resta mais que desejar. Portanto, parece que o objetivo do apóstolo nesta epístola foi o de traçar um compêndio de toda a doutrina cristã e evangélica, e de preparar uma introdução para todo o Antigo Testamento. Porque qualquer pessoa que haja recebido esta epístola em seu coração sem lugar a dúvidas tem em si mesmo a luz e a força do Antigo Testamento. De acordo com isso, seja permitido que todo cristão se familiarize com esta epístola e a coloque em prática continuamente.

Queira Deus dar-nos sua graça para este fim. Amém.

Formulario do Pedidos

Indique quantos exemplares e envie seu pedido com nome e endereço.

PREGOEIRO DA JUSTICA

- _____ Vol. 1, Núm. 1 "O Batismo do Espírito Santo"
- _____ Vol. 1, Núm. 2 "Justificação—Católica versus Protestante"
- _____ Vol. 1, Núm. 3 "A Mensagem de Paulo Sobre a Justificação"
- _____ Vol. 1, Núm. 4 "Martinho Lutero fala a esta geração"

Nome _____

Endereço _____